

## Revisitar o passado na Quinta da Penha

---

CÂNDIDO VARELA DE FREITAS  
*Universidade do Minho*

### **Abstract**

Celebrating the 30 years of the Department of Languages, Literatures and Cultures of the School of Education and Communication of the University of Algarve, I remember the first years of life of the institution, at the time School of Education of the Polytechnic Institute of Faro, of which I was a member of the Steering Committee. Built in the still-troubled times of the post-25<sup>th</sup> of April, there were difficulties in the execution of the agenda that was delivered to us: building the buildings, selecting teachers, defining the profile of the teachers to educate, establishing the courses curricula. In an attempt to preserve the memory of those who helped building the school, the names of those who were linked to the process, during the first six years of life, are remembered.

**Keywords:** Educational Policies in the 80s Teacher Education Polytechnic Teaching

Este texto resulta da minha participação no Colóquio comemorativo dos 30 anos de atividade dos docentes do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve, na sequência de convite que muito gostosamente aceitei. Propus que me fosse permitido evocar, à distância de mais de 30 anos, o nascimento da Escola Superior de Educação (ESE), na altura integrada no Instituto Politécnico de Faro (IPF) e depois na Universidade do Algarve (UAL), tempos que vivi intensamente por ter pertencido à sua Comissão Instaladora. Agradeço que tal oportunidade me tenha sido dada, esperando que possa contribuir para preservar a memória da instituição.

No começo do mês de março de 1983 (há 34 anos!) viajei de Lisboa para Faro para integrar a Comissão Instaladora da ESE, uma das escolas do IPF. Ela começara a trabalhar com apenas três elementos, o Professor Carlos Lloyd Braga, presidente, o Professor Licínio Chainho Pereira, presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, e o Professor Luís Soares, presidente da ESE. Os três tinham vindo da Universidade do Minho. No entanto, à data em que rumei ao Algarve já houvera uma alteração: o Professor Chainho Pereira regressara a Braga e fora substituído pelo Professor Aristides Hall<sup>1</sup>, da Universidade de Aveiro.

Nessa altura, nada havia na Quinta da Penha a não ser as máquinas que terraplanavam o solo e a moradia que ainda hoje existe, depois de reconstruída, a qual foi residência do

---

<sup>1</sup> O Prof. Aristides Hall e o Prof. Carlos Lloyd Braga já faleceram, respetivamente em 1990 e 1997.

Presidente do Politécnico (depois do Reitor da Universidade), e sede da Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve, já extinta.

A gestão do Instituto e das suas Escolas, com base em pouco mais de meia dúzia de pessoas, era assegurada em dois andares na avenida 5 de Outubro e noutro na praça dos Bombeiros de Faro. Durante vários meses as nossas visitas à Quinta da Penha aconteciam para «ver as obras» e, com maior interesse, para reunir com a equipa de arquitetos<sup>2</sup> e com ela discutir pormenores, na maior parte das vezes pedidos de alterações que se justificavam na nossa ótica mas que contrariavam as diretrizes provenientes do Ministério da Educação.

Posso, portanto, dizer que vivi a gestação do *campus* da Penha e, com particular interesse, da ESE. E recordo os sentimentos mistos de orgulho, alegria, e também de responsabilidade, quando, durante o ano de 1986, o edifício ficou pronto e pudemos começar a mudança dos professores e funcionários já existentes, os quais provisoriamente ocupavam salas no edifício da Escola de Tecnologia e Gestão, que se concluíra mais cedo.

Comecei por contar os meus primeiros contactos com a realidade que era, em março de 1983, a Quinta da Penha, onde se ia instalar o Instituto Politécnico de Faro. Nos finais do ano anterior recebera o convite do Professor Lloyd Braga, que fora meu Reitor na Universidade do Minho, para integrar a Comissão Instaladora da ESE. Eu estava na altura a assessorar o Ministro da Educação, o Professor João de Deus Pinheiro, que não pôs obstáculo à minha vinda para o Algarve. Há muito que os problemas da formação de professores constituíam boa parte dos meus interesses: fora professor metodólogo de História no Liceu Normal de Pedro Nunes, em Lisboa, no ano letivo de 1970-71; na Direção-geral do Ensino Secundário (1972-1975) estivera à frente do serviço de estágios pedagógicos; e na Universidade do Minho (1976-1979) fiz parte da equipa que concretizou os primeiros cursos de formação de professores (nível de bacharelato).

Por isso, participar na experiência de ajudar a construir uma escola nova cuja finalidade, a formação de professores, era aliciante. Além disso, ia trabalhar com pessoas que conhecia e com quem me dava bem. Assim não hesitei e apenas solicitei que fosse clarificada a minha situação profissional. De acordo com a legislação existente, fui

---

<sup>2</sup> O projeto pertenceu à empresa Plano X, Arquitectura e Engenharia, Ld.<sup>a</sup>, de Lisboa.

então nomeado como equiparado a professor-coordenador e vogal da Comissão Instaladora.

Os primeiros anos da década de 80 estavam ainda profundamente marcados pelo ambiente revolucionário do 25 de Abril de 1974. É verdade que a democracia pretendida vingara e o sistema político tendia para uma estabilização; em junho de 1983 formara-se um governo de coligação PS-PSD, os dois maiores partidos. Contudo, a situação financeira do Estado era tão má que logo no mês seguinte se começou a preparar uma intervenção do Fundo Monetário Internacional a fim evitar uma indesejável falência. Essa intervenção valeu uma desvalorização do escudo que conduziu a uma inflação que chegou a quase 30% e a um corte de 50% do subsídio de Natal, que mais tarde, através de certificados de aforro, pôde ser recuperado.

Era nestes tempos difíceis que o país estava empenhado na construção de 14 institutos politécnicos, a maior parte de raiz, e no desenvolvimento das novas universidades do Minho, Aveiro, Évora e Algarve. Mesmo antes do 25 de Abril existia no país a convicção de que era necessário expandir o ensino superior, como se pode comprovar pelo projeto de estatuto do ministro Galvão Teles<sup>3</sup> e, sobretudo, pela reforma de Veiga Simão, contemplada na Lei N.º 5/73, de 25 de julho. Segundo ela, «[o] ensino superior é assegurado por Universidades, Institutos Politécnicos, Escolas Normais Superiores e outros estabelecimentos equiparados»<sup>4</sup>.

Esta orientação da política educativa no ensino superior generalizara-se na Europa: no pós-guerra de 1939-1945 a reconstrução dos países devastados proporcionou um período de desenvolvimento económico que implicou a formação de quadros especializados em menos tempo do que o normal nas universidades. Surgia o conceito de um ensino superior curto, associado ao de ensino superior politécnico, que, em boa verdade, tinha expressão como ensino médio.

Na reforma Veiga Simão, a ideia dominante era a criação de escolas de formação de professores para o ensino preparatório, designadas como escolas normais superiores. Não se pensava então em extinguir as escolas do magistério primário. Mesmo depois do 25 de Abril, a possibilidade de extinção das escolas do magistério teve apoiantes e

---

<sup>3</sup> O ministro Galvão Teles (1962-1968) subscreveu um projeto de estatuto da educação nacional que foi sendo construído ao longo do seu mandato e que teve a contribuição de um número considerável de personalidades. Foi terminado meses antes de o ministro ser substituído. Em 1969 Galvão Teles promoveu a publicação do projeto do Estatuto (ver Referências).

<sup>4</sup> N.º 3 da Base XIII da Lei N.º 5/73, de 25 de julho.

adversários. As escolas do magistério tinham ganho uma grande vitalidade após a revolução, os cursos tinham passado a exigir na entrada não apenas o curso geral, mas o curso complementar do ensino secundário, e, sobretudo, passou a ser de três anos, o que em tempo de formação representava um apreciável aumento.

No *Exame das Políticas Nacionais de Educação – Portugal*, realizado em 1984, a OCDE questiona o encerramento dessas escolas, declarando que não se tinha detetado nenhuma falha grave na formação de professores do ensino primário que justificasse uma mudança tão dispendiosa (a passagem para as ESE). Mas prevaleceu uma ideia maioritária: a formação de qualquer docente deveria ser feita a nível de ensino superior, e uma vez que a criação do ensino politécnico ia avançar, era lógico que integrasse a formação dos docentes dos primeiros graus de ensino.

Assim, ao longo de vários anos e oito ministros da educação, o país assistiu a um laborioso parto da legislação necessária para implementar o ensino politécnico e as escolas de formação de professores, que de escolas normais superiores passaram a escolas superiores de educação. O Ministério da Educação foi levado a criar uma estrutura própria de suporte ao novo subsistema de ensino, mesmo antes de ele ter uma base legal, o Gabinete Coordenador das Atividades do Ensino Superior Politécnico, no âmbito da Direção-Geral do Ensino Superior, que teve naturalmente importância no desenvolvimento do projeto<sup>5</sup>.

Durante estes anos de espera, muitos foram os documentos de trabalho e estudos apresentados, muitos deles encomendados a instâncias internacionais<sup>6</sup>. Mas os documentos mais importantes foram os definidos pelo Ministério na Direção-geral do Ensino Superior, em especial o *Programa Preliminar das Escolas Superiores de Educação (1978)*<sup>7</sup>, um documento de 69 páginas que especificava o que se pretendia com as novas instituições.

---

<sup>5</sup> Pelo Decreto-lei N.º 180/78, de 15 de julho. Nesse diploma a designação da nova estrutura é Gabinete Coordenador das Atividades do Ensino Superior de Curta Duração.

<sup>6</sup> Por exemplo, *Demand for pre-service and in-service training and education of teachers in Portugal*, SIDA, Estocolmo (Julho de 1977); *Propostas para a formação de docentes para as Escolas Superiores de Educação*, da autoria de Bertrand Schwartz (Dezembro de 1978); *Plano de racionalização de formação de professores do ensino básico*, da autoria de Eduardo Marçal Grilo e Maria José Rau (Junho de 1978); *Organização do Sistema Educativo – Formação de Professores*, relatório de um grupo de trabalho constituído na sequência de despacho ministerial, GEP (1978).

<sup>7</sup> A título individual, foram também difundidos estudos de técnicos a trabalhar no Ministério, como o *Contributo para a Análise do Projecto das E.S.E. – Algumas propostas*, da autoria de Ana Maria Bettencourt, em 1983.

Em certo sentido, e atendendo a que ainda não existia um verdadeiro suporte legal, esse documento era muito específico em termos de atividades que as escolas deveriam empreender, chegando ao ponto de assumir como incontroversas posições que estavam longe de poder considerar-se tal – por exemplo, declara expressamente que as ESE não poderiam ter escolas anexas, o que era a prática das escolas do magistério.

O diploma fundamental foi publicado em 1979, no governo de Maria de Lurdes Pintasilgo (Decreto-lei N.º 513-T/79, de 26 de dezembro). Nele são definidos os institutos e escolas a criar, estabelecendo-se um calendário segundo o qual as primeiras ESE, entre as quais a de Faro, iniciariam a sua atividade em 1980 e as últimas em 1984...

Contudo, existia ainda uma grande indefinição no que se referia aos docentes a formar. No Decreto-lei acima referido podia ler-se o seguinte:

1. Ao ensino superior politécnico ... incumbe ... formar educadores de infância, professores dos ensinos primário e preparatório ... sendo essa formação conferida por escolas superiores de educação.
2. Às escolas superiores de educação cabe ainda desempenhar um papel importante no que concerne à formação em serviço e, bem assim, à atualização e reciclagem de docentes e profissionais de educação.

O legislador assumiu a extinção das escolas do magistério primário e das escolas normais de educadoras de infância<sup>8</sup> e argumenta a favor de uma formação integrada dos futuros professores primários (era assim que eram designados), educadores de infância e professores do ensino preparatório. Essa integração poderia «evitar a brusca passagem do ensino de classe para o ensino por disciplina», escrevendo a finalizar que este «[é], no fundo, o primeiro passo para a implementação de um novo esquema de formação de professores, que tanta falta faz ao nosso sistema educativo».

Sendo o Ministério da Educação o empregador da quase totalidade dos professores, a ele competia a definição do perfil dos futuros docentes. O que ficava no diploma não era, todavia, suficiente, e isso vai constituir um problema em futuro próximo, atrasando o início dos cursos.

---

<sup>8</sup> Veiga Simão criara, em 1973, duas escolas de Magistério Infantil, em Coimbra e Viana do Castelo, ambas a funcionar em pleno antes do fim desse ano (Gomes, 1977, pp.113-114). Depois do 25 de Abril, foi autorizado o funcionamento de cursos de formação de educadores em escolas do magistério primário, mas dessa tentativa pouco terá resultado.

Este projeto de desenvolvimento no país do ensino superior politécnico implicava, por parte do governo, a resolução de vários problemas. O primeiro tinha a ver com as instalações e equipamentos, o segundo com a admissão de pessoal docente devidamente preparado, e o terceiro centrava-se no perfil dos profissionais a serem formados pelas diferentes escolas, o que tinha implicações para o currículo a propor.

A montante destes problemas estava um outro – o do financiamento para levar a efeito semelhante projeto numa altura de grandes dificuldades. A solução adotada foi obter um empréstimo do Banco Mundial (40 milhões de dólares no total, mas apenas cerca de um terço dessa quantia afeta ao ensino superior politécnico)<sup>9</sup>. As condições do empréstimo iriam gerar, mais tarde, alguns problemas, sobretudo no que respeitou aos equipamentos, cuja compra dependia de concursos internacionais para os quais as escolas não tinham tido qualquer intervenção, limitando-se a receber o que centralmente fora decidido face às ofertas. Por exemplo, a ESE teve inicialmente uma sala equipada que visava a aprendizagem do que nos Estados Unidos da América se designa *home economics*, ou seja, saber gerir uma casa. Recebemos frigoríficos, fogões, máquinas de costura – mas no nosso currículo não iria constar essa atividade.

Após esta breve análise à época em que se fundou o ensino superior politécnico, vou regressar à Quinta da Penha e partilhar convosco essa visita ao passado.

Como disse, cheguei a Faro em março de 1983, tomando posse como professor-coordenador da ESE do IPF e como vogal da Comissão Instaladora da mesma escola. Algum tempo depois foi a vez de reforçar a equipa o Prof. Alberto Eduardo da Silva e Melo, que assumiu a outra vaga de vogal da comissão. Alberto Melo era (e é) uma personalidade conhecida pela sua atividade na área da educação de adultos e intervenção comunitária, e a sua ação na ESE viria a ser altamente significativa na medida em que contribuiu para o desenvolvimento regional e local<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Os termos do empréstimo constam de dois documentos (*Loan Agreement 1569-PO* e *Loan Agreement 1793-PO*, ambos acessíveis na Internet em <http://documents.worldbank.org/curated/en/301271468297557566/pdf/Loan-1559-Portugal-Education-Project-Loan-Agreement.pdf> e <http://documents.worldbank.org/curated/en/803711468297879619/pdf/Loan-1793-Portugal-Second-Education-Project-Loan-Agreement.pdf>).

<sup>10</sup> Mais interessado em trabalhar na área de intervenção social do que no da formação de professores, e encontrando no Nordeste algarvio um terreno propício, Alberto Melo desenvolveu um projeto, o RADIAL (Rede de Apoio ao Desenvolvimento Integrado no Algarve), o qual evoluiu para a constituição de uma associação, a In Loco, que desde 1988 vem desenvolvendo uma atividade muito significativa no campo da animação sociocultural em várias localidades algarvias.

Conhecidas as nossas maiores preocupações, foi fácil uma divisão de tarefas: enquanto eu me preocupava com a educação formal, o Alberto dedicar-se-ia mais à projeção da escola no meio, visando uma intervenção de educação não formal. O que não excluiu que em diversos momentos ele não tivesse intervindo em ações da ESE de modo muito positivo.

As tarefas que esperavam a comissão instaladora eram, fundamentalmente, quatro. A primeira tinha a ver com o acompanhamento da construção do edifício e zonas envolventes; a segunda, com a aquisição dos equipamentos; a terceira, e porventura a mais aliciante, com a organização dos cursos que a ESE deveria oferecer, e a quarta, a tomada de decisões quanto ao pessoal docente a contratar.

Como disse, o Ministério, através dos seus serviços apropriados, já tomara decisões sobre tudo isso, as quais constavam em documentos que, em princípio, deveríamos ter em conta. Mas isso só aparentemente nos facilitava a vida.

Entretanto, em fevereiro de 1985, na sequência da cessação da comissão de serviço do Prof. Luís Soares, fui nomeado presidente da comissão instaladora, continuando o Prof. Alberto Melo como vogal e tendo sido convidada para segundo vogal a Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Ramalho Gonçalves Coimbra Ferreira de Almeida<sup>11</sup>.

Quando cheguei a Faro, a ESE já tinha uma docente<sup>12</sup> que fora contratada pelo Prof. Lloyd Braga. Podia perguntar-se por que razão, não havendo alunos nem perspectivas de que existissem a muito curto prazo, se tinha de contratar docentes. Na verdade, havia eventualmente estudos a fazer, e ter quem pudesse estudar situações concretas que se pusessem a uma comissão instaladora, justificava tal contratação.

Pouco tempo depois da minha chegada à ESE foi contratado um novo docente que merece uma menção especial. Um dia, o Professor Lloyd Braga anunciou que iríamos ter uma conversa com alguém que ele conhecia em Moçambique e que acreditava poder trazer alguma mais-valia para a escola no domínio das artes. Era um pintor, de seu nome António Quadros, e com ele tivemos uma longa conversa.

António Quadros era uma personalidade exuberante que não se adequava a formalismos, mesmo mínimos: a sua veia artística, que não era apenas exposta na pintura, mas também na poesia, exigia um tipo de liberdade plena, difícil de

---

<sup>11</sup> Não foi longa a sua permanência na ESE. Algum tempo depois teve um convite para ir para Macau, onde continuou a trabalhar na área da educação.

<sup>12</sup> Era a Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Cardoso Palhinha, que tinha uma licenciatura em educação pela Universidade de Liège e se interessava sobretudo por sociologia e filosofia.

compatibilizar com a formação de uma escola onde existiam, bem ou mal, critérios a ser aceites. Contudo acertou-se a sua contratação, ainda que não me parecesse que ele se iria adaptar. De facto, assim foi: a sua estada em Faro foi curta e acabou por ir para Viseu, sua terra natal.

Estas contratações não resolviam o problema dos futuros docentes da ESE. No começo dos anos 80, o número de pessoas com qualificações para exercerem, a nível de ensino superior, a docência das diferentes matérias das ciências da educação era reduzido. Em Portugal a universidade nunca promovera uma verdadeira formação em educação: durante anos, havia anualmente nas faculdades de letras um curso de um ano, chamado de «ciências pedagógicas», constituído por cinco cadeiras (nome antigo...): Psicologia Geral, Psicologia Escolar e Medidas Mentais, Pedagogia e Didática, Psicologia Experimental e Higiene Escolar. A frequência deste curso, com sucesso, era obrigatória para os professores que queriam fazer o estágio para o ensino secundário (liceal ou técnico).

Quando o ministro Veiga Simão definiu como prioridade as escolas normais superiores, encarou a formação de docentes para essas instituições e negociou com algumas universidades dos Estados Unidos da América (do Texas, em Austin, e Northwestern, por exemplo) a ida de professores licenciados para frequentarem cursos de mestrado em educação. Houve um concurso público e algumas dezenas de professores foram selecionados e partiram para os seus cursos em 1973. Uma vez que o projeto das escolas normais superiores não vingou, esses docentes qualificados com mestrado acabaram, no seu regresso ao país, ou por seguir carreira universitária (lembro, por exemplo, o caso dos professores João Formosinho e Júlia Formosinho, da Universidade do Minho) ou continuaram nos seus lugares de origem. Alguns, poucos, permaneceram a suas custas nos Estados Unidos e obtiveram doutoramentos<sup>13</sup>.

Esta ideia de promover a formação de docentes para as ESE levando-os a frequentarem mestrados no exterior voltou à mente dos decisores do Ministério da Educação. E assim, pela Resolução do Conselho de Ministros N.º 188/82, de 23 de setembro, reconhecendo-se a carência de pós-graduados em ciências da educação, oficializa-se um acordo com a Boston University com vista à realização de um programa de formação de professores para as escolas superiores de educação tendente à obtenção do grau de «Master of

---

<sup>13</sup> Por exemplo, casos da Prof.<sup>a</sup> Doutora Odete Valente e do Prof. Doutor António Carrilho Ribeiro (já falecido).



Education» para 120 candidatos. Na mesma Resolução é dito que desde há tempos têm existido contactos entre a Direção-Geral do Ensino Superior e as universidades portuguesas tendo em vista o lançamento de cursos de pós-graduação em ciências da educação nas várias áreas de formação das ESE.

Em Portugal, responderam ao desafio as universidades de Aveiro e do Minho, para além de outras com objetivos que interessavam para os cursos que as novas escolas iriam apresentar, como os do Instituto Superior de Educação Física de Lisboa, hoje Faculdade da Motricidade Humana.

Algum tempo mais tarde, foi anunciado outro protocolo de colaboração com a Universidade de Bordéus, visando a formação de futuros responsáveis de uns designados CAFOP, assim batizados pelas instâncias governamentais responsáveis pelo lançamento do projeto. CAFOP era a sigla para «Centros de Apoio à Formação e Orientação de Professores» e a base de formação era a tecnologia educativa.

Estes CAFOP, que levaram a Bordéus docentes muito qualificados, suscitaram muitas reservas, e eu terei sido dos mais renitentes a alguma vez aceitar essa designação. Que sentido havia de ter numa escola de formação de professores um centro de apoio a essa formação? Em meu entender, e no entender de muitos mais responsáveis, fazia mais sentido que em cada escola houvesse sim um centro de recursos educativos, como veio depois a acontecer na ESE.

Tanto para os cursos de Bordéus como para os de Boston e algumas das universidades portuguesas os concursos foram abertos pelo Ministério da Educação<sup>14</sup>. Os candidatos declaravam qual a escola a que pretendiam concorrer e ficavam sujeitos à possível competição própria de um concurso nessas condições.

A ESE teve vários candidatos que, após a formação, ingressaram como docentes, com a categoria de professores-adjuntos. Com satisfação nossa, cinco vieram da Escola do Magistério Primário de Faro<sup>15</sup>. Da Escola do Magistério vieram posteriormente mais

---

<sup>14</sup> «Critérios e Modalidades de Seleção de Candidatos aos cursos de pós-graduação em educação» (Despacho N.º 302/78 de 17 de outubro da Direção-geral do Ensino Superior).

<sup>15</sup> Da Escola do Magistério Primário passaram para a ESEF a Dr.<sup>a</sup> Noémia Fazenda, a Dr.<sup>a</sup> Maria Margarida Ramires Fernandes (falecida num trágico acidente de automóvel em 2001) e a Dr.<sup>a</sup> Carolina Moreira da Silva de Sousa, com mestrados na Universidade do Minho (respetivamente Ensino da Língua Portuguesa, Análise Social da Educação e Psicologia da Educação), a Dr.<sup>a</sup> Constança Lago Brás, que fez um mestrado em Educação Física no ISEF (Instituto Superior de Educação Física, hoje Faculdade da Motricidade Humana), e a Dr.<sup>a</sup> Alexandra Magnólia Lago Bandeira, mestranda em Boston na área das Ciências da Natureza.

três docentes<sup>16</sup>, de acordo com a legislação aprovada para o efeito (Decreto-lei N.º101/86 de 17 de maio).

Foram ainda contratados mais cinco docentes com mestrados em Boston<sup>17</sup> e uma que, não sendo docente da Escola do Magistério, concorreu independente para uma universidade portuguesa<sup>18</sup>.

O candidato à formação em Bordéus regressou e passou a fazer parte do nosso corpo docente<sup>19</sup>.

Estes docentes, que *grosso modo* estavam em funções entre 1985 e 1986, não seriam suficientes para as necessidades da instituição, e por isso a comissão instaladora promoveu, entre 1983 e 1985, concursos para admissão de assistentes ou professores adjuntos em diversas áreas, tendo contratado até final de 1987 dezoito docentes (alguns dos quais não se mantiveram por muito tempo)<sup>20</sup>.

Algum tempo depois desta primeira vaga de concursos e continuando na senda de tornar mais sustentável o corpo docente da Escola, foram feitas mais algumas contratações, uma delas, a da Professora Jesuína Fonseca, relevante porque vai ser nomeada vogal da comissão instaladora, na vaga deixada pela Dr.<sup>a</sup> Cristina Ferreira de Almeida.<sup>21</sup>

---

<sup>16</sup> Foram o então diretor, Luís Filipe Tavares Melo Aguilar, ligado ao que na altura se chamava «Movimento e Drama» e hoje seria considerado «artes performativas», e duas educadoras de infância, Maria Isabel Santana da Cruz, que irá fazer o mestrado e depois o doutoramento na Universidade de Cardiff, chegando a ser vice-reitora da Universidade do Algarve, e Marília Mendonça.

<sup>17</sup> Foram eles João Eduardo Viegas Fernandes (Sociologia da Educação), Júlio Gonzaga Vaz Medeiros de Andrade (Ciências Sociais), Cristolinda Maria Santos Almeida Costa (Matemática) e Mariette Bolina (Língua inglesa). Outro candidato proveniente de Boston, da área de Matemática, o Dr. Rui João Baptista Soares, esteve pouco tempo ao serviço na escola, desistindo depois da colocação.

<sup>18</sup> Foi a Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Salvado de Sousa que frequentou o mestrado na Universidade de Aveiro (Língua Francesa).

<sup>19</sup> Era o Dr. José Carlos Ventura Abrantes, que ficou ligado ao sector audiovisual e foi mais tarde o responsável do Centro de Recursos da ESE.

<sup>20</sup> Para a área de Psicologia, foram admitidos os Drs. Carlos Alberto Marques Simões, Maria Helena Ralha Simões, Maria Teresa Ribeiro Pessoa (transferida cedo para a Universidade de Coimbra) e José Alves Farinha; para a área de Sociologia, a Dr.<sup>a</sup> Maria Leonor Alexandra Borges dos Santos Terremoto; para área de Ciências Sociais, a Dr.<sup>a</sup> Maria Luísa Amaral Varela de Freitas e o Dr. José Alberto Gonçalves; para a área das ciências da natureza o Dr. José Manuel Baptista do Carmo; para a área de Línguas, as Dr.<sup>as</sup> Esmeralda Lopes Rosa, Maria Isabel Orega, Maria Alice Fernandes e o Dr. Carlos Mendes de Sousa (transferido para a Universidade do Minho); para a área das artes, os Drs. João Tomás Ferreira dos Santos, Fernando Jorge Palácios Pérez Crespo, e as Dr.<sup>as</sup> Maria Raquel de Almeida Correia e Marina Estela de Vasconcelos Gonçalves Graça; e para a área de Educação Física, a Dr.<sup>a</sup> Teresa Cristina Moura Vitorino.

<sup>21</sup> Foram contratados o Professor Joseph Conboy, da área de ciências da educação, e os Drs. Vítor Manuel Reia Baptista, ligado ao nessa altura emergente mundo dos media, em especial o cinema, e o Dr. Noémio

Pode perguntar-se se não seriam docentes a mais para as necessidades de uma escola que nem sequer ainda tinha alunos... A questão punha-se, nessa altura, de maneira diferente. Havia a ideia clara de que o êxito ou insucesso das ESE dependeria muito da percepção externa da sua qualidade. A dicotomia universidade/politécnico evidenciava-se no currículo dos seus docentes. Algumas universidades, como Aveiro, Minho, Évora, Vila Real, iam também formar professores do ensino primário e educadores de infância, e nelas começou a surgir a ideia de centros integrados de formação. Por isso a Comissão Instaladora do Instituto decidiu investir na formação, proporcionando a frequência de mestrados (e mais tarde doutoramentos), aos seus docentes que não os possuíam, o que implicava a ausência de muitos professores, crítica numa fase inicial.

Por outro lado, mesmo sem alunos havia sempre um trabalho de organização e de reflexão sobre o futuro. Já foi dito que os pressupostos para os nossos cursos de formação inicial eram vagos, e por isso os responsáveis pelas diversas ESE debatiam-se com muitas dúvidas. As diferentes comissões instaladoras tiveram datas de início de trabalhos diversificadas, e a de Faro nem foi das mais antigas.

Pelo Despacho N.º 311/81, de 11 de novembro, foi criada a Comissão Coordenadora das Escolas Superiores de Educação<sup>22</sup>. Competia a esta Comissão «acompanhar o desenvolvimento e execução dos programas referentes à instalação e implementação das escolas», bem como colaborar com as universidades na elaboração dos planos de formação dos futuros docentes dessas escolas, através de mestrados e – o mais relevante – «exercer até ao termo do período de instalação a competência dos conselhos científicos».

Para se ter uma ideia da instabilidade em que se vivia por nessa altura, ano e meio depois é proferido novo despacho, o N.º 32/ME/83, de 21 de fevereiro, o qual, por sua vez, é substituído cerca de um ano mais tarde, pelo Despacho N.º 51/ME/84, de 7 de março. Ambos reformulam a composição da Comissão e especificam novas competências, entre as quais «propor esquemas gerais de avaliação dos resultados das acções de implementação dos projecto das ESE». Em fevereiro de 1985 o Ministro José

---

Ramos, ligado às artes – tinha o título de «agregado» pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (este já em 1987).

<sup>22</sup> Esta Comissão era constituída pelo Diretor-geral do Ensino Superior, pelos presidentes das comissões instaladoras das escolas superiores de educação, por um representante da Secretaria de Estado das Educação e Juventude, e por três personalidades da área das ciências da educação, os Professores Doutores António Carrilho Ribeiro, Bártolo Paiva Campos e João Evangelista Loureiro.

Augusto Seabra extingue a Comissão, com o argumento (espantoso!) de que ela teria atingido já os seus objetivos.<sup>23</sup>

Não me posso pronunciar sobre os primeiros tempos de vigência desta Comissão Coordenadora. Mas pouco tempo depois de ter iniciado funções houve uma reunião e apesar de na altura não ser presidente, o Prof. Luís Soares decidiu que eu iria com ele, provavelmente com a intenção de me apresentar ao grupo. Depois dessa, quer na qualidade de vogal quer, depois, como presidente, participei em muitas reuniões, mas sempre as percebi como momentos de trocas de impressões geralmente proveitosas e num registo de informalidade muito grande.

A maior parte das reuniões decorriam em Santarém, porque a ESE local, que «herdara» as instalações do Colégio Andaluz, tinha condições excelentes para albergar os participantes em quartos individuais, para além de geograficamente ser um ponto relativamente central para quem se deslocava das localidades mais distantes. Além de Santarém existiram reuniões na Guarda e no Porto.

O problema mais debatido nessas reuniões era o do perfil do professor a formar nas ESE. Importa recordar aqui uma situação que suscitou alguma polémica e, embora nunca tivesse ocasionado mal-estar entre os membros da Comissão, aflorava diversas vezes nas discussões.

No início de 1983, e com surpresa geral, é publicado um Decreto do Governo<sup>24</sup> que «cria cursos de bacharelato em ensino na Escola Superior de Educação de Viseu». Argumentando que a ESE satisfazia as condições necessárias para o início das atividades letivas e que seria «conveniente» o seu arranque como «experimentação pedagógica», e que apresentara um curriculum elaborado por «peritos nacionais e estrangeiros», autorizavam-se os cursos de «educação pré-escolar e ensino primário» e «ensino básico».

A Portaria N.º 250/83, de 4 de março, complementa e explicita informação necessária. Os cursos iniciar-se-ão no 2.º semestre do corrente ano de 1982-1983, e os de ensino básico seriam os seguintes: Português e Francês; Português e Inglês; Matemática e Ciências da Natureza e História e Estudos Sociais. O grau conferido seria o de bacharel (comum a todos os cursos do ensino superior politécnico).

---

<sup>23</sup> Despacho 23/ME/85, de 13 de fevereiro.

<sup>24</sup> Decreto do Governo 12/83, de 16 de fevereiro.

Esta situação de exceção, quando não havia ainda uma definição de qual o perfil do professor a formar pelas ESE nem de como se processaria a passagem das escolas do magistério primário para as novas instituições, foi sempre entendida como um desvio só possível por influência política. Mas ela impôs com mais força a necessidade de encontrar uma solução que ultrapassasse as maiores divergências.

Simplificando, diria que eram duas as posições de base: conservar o esquema existente, pré-anunciado na lei; tentar inovar, rompendo com a tradição. Adicionalmente, os presidentes das diferentes escolas concordavam num ponto: não seria aceitável que fosse obrigatório seguir um currículo único, mas sim que se chegasse a um acordo em relação a uma posição comum que fosse depois elaborada com independência por cada instituição.

Das discussões havidas surgiu mesmo uma proposta que foi depois considerada prematura. E nos começos de 1984, por iniciativa da nossa ESE, realizou-se uma reunião de trabalho em S. Pedro de Moel (no mês de fevereiro) onde, para além das comissões instaladoras, estiveram personalidades ligadas às ciências da educação e aos serviços centrais do Ministério da Educação. Essa reunião, de que guardo uma memória positiva, terá mesmo influenciado uma decisão do Ministro em criar um grupo de trabalho com a missão de definir o perfil do professor a formar pelas ESE<sup>25</sup>. Faziam parte desse grupo representantes do Ministro e das comissões instaladoras. O grupo cumpriu o prazo que foi determinado, mas o Ministro não deu qualquer sequência ao documento que lhe foi apresentado.

Não estive envolvido diretamente neste momento da vida da escola porque, tendo conseguido uma pequena bolsa de estudo, viajei para os Estados Unidos da América e estive nos meses de setembro a dezembro na Universidade do Colorado, em Boulder, a fim de colher elementos para uma tese de doutoramento que intentava levar a efeito com a orientação do Prof. João Evangelista Loureiro, da Universidade de Aveiro. Não pude por isso estar presente numa reunião magna marcada, creio, para meados de setembro. No entanto, fiz chegar a todos os elementos presentes nessa reunião um documento com 15 páginas (excluindo notas) intitulado «O Perfil dos professores a formar pelas Escolas Superiores de Educação».

Muito brevemente, gostaria de relembrar aqui essa minha posição, que apresentei apenas em meu nome e não como representando a ESEF. Baseando-me no pensamento

---

<sup>25</sup> Despacho N.º 138/ME/84, de 9 de agosto.

expresso por responsáveis do Ministério da Educação desde o Ministro Leite Pinto<sup>26</sup> sobre o que deveria ser a escolaridade básica, considere que mais do que o perfil do professor se devia pensar em como se deveria organizar o ciclo de estudos para as crianças até aos 12 anos. O esquema vigente desde 1968, um ensino primário de 4 anos seguido de um ensino preparatório de 2, desenvolvido de várias maneiras (ensino direto, ciclo complementar<sup>27</sup>, via televisão – o C.P. TV), não era a meus olhos o mais adequado. E por isso defendia um ciclo único de 6 anos dividido em dois subciclos de 3, com finalidades claras: no 1.º o aluno adquiriria as competências básicas (o tradicional ler, escrever e contar) e as experiências de socialização e assunção de valores (éticos, culturais, estéticos). O 2.º ciclo corresponderia à fase de desenvolvimento na qual se daria ênfase às aprendizagens sistemáticas nas áreas científicas – línguas, matemática, ciências integradas, ciências sociais – e de expressão física e artística.

Isto definido, que professor formar para este esquema? Um professor único, capaz de lecionar da 1ª à 6ª classe, mas com uma formação por área que permita uma especialização nos últimos três anos.

É evidente que esta solução envolveria mudanças muito substanciais, que não desenvolverei aqui, mas que cuidadosamente antecipei no texto, deixando claro que eu próprio tinha muitas dúvidas sobre a possibilidade de existirem condições materiais (financeiras) para a executar. No entanto, continuo a pensar que esta seria uma solução interessante (que anos mais tarde encontraria em vigor nos Estados Unidos da América).

Regressando à história, o documento que o grupo de trabalho apresentou ao Ministro não teve resposta e isso originou um ano de 1985 cheio de incertezas. Nesta escola já estavam presentes alguns docentes e todos desejávamos começar. O edifício estava quase pronto, muitos equipamentos tinham chegado.

Vou relevar aqui, em relação aos equipamentos, um dos aspetos de que mais me orgulhei na instalação da ESE: a criação de um centro de recursos em que foi especialmente considerado o sector audiovisual. Foi necessária alguma pressão junto dos serviços do Ministério para conseguir alterações significativas ao plano de

---

<sup>26</sup> Francisco de Paula Leite Pinto foi Ministro da Educação entre 1955 e 1961.

<sup>27</sup> Pelo Decreto-lei N.º 45 810, de 9 de julho de 1964, o ensino primário passou a contar com dois ciclos, o elementar (anos 1 a 4) e o complementar (anos 5 e 6), o que constituía uma alternativa ao que existia, ou seja, à frequência dos 1.ºs ciclos do ensino liceal ou técnico.

construção da escola<sup>28</sup>. As áreas consignadas para a biblioteca e o sector de reprografia eram ridiculamente pequenas, mas após a demonstração cabal da exiguidade das áreas foi possível um aumento significativo. Embora no projeto do edifício estivesse previsto um sector audiovisual, foi possível, graças à assessoria técnica do Instituto de Tecnologia Educativa, construir um complexo de qualidade onde era possível gravar aulas (ou observá-las numa sala com visão num só sentido), dispondo de meios técnicos de montagem de vídeo. Tivemos ainda a fortuna de dispor de pessoal de grande qualidade técnica que ajudou muito na qualidade do que foi possível produzir<sup>29</sup>.

Tomou-se então a decisão de lançar um projeto-piloto de formação contínua para professores do ensino primário, que definimos como um projeto que favorecesse o «crescimento pessoal». Baseou-se esse projeto no pressuposto do desenvolvimento de atividades de formação em que os professores, partindo da análise e caracterização de situações escolares, fossem levados a definir objetivos e estratégias de ação, constituindo-se em agentes do próprio processo de formação. Constituíram-se três grupos sediados em Monchique, São Bartolomeu de Messines e Loulé, com resultados muito positivos, pelo que a experiência se repetiu em 1987-1988.

Dessa atividade, conservo ainda exemplares de livrinhos da autoria de professores da Escola sobre temas diversos, como *Expressões Artísticas no Ensino Básico*, *Novas Tecnologias da Informação, Técnicas e Métodos de Ensino*, *Linguagem, Desenvolvimento e Comunicação*, *Ensino-aprendizagem da Leitura*.

Entretanto, surgiu um facto novo: em maio, foi publicado o Decreto-lei N.º 150-A/85 que reorganizava o processo de profissionalização em exercício dos professores e conferia às instituições de ensino superior «vocacionadas para o efeito» uma «responsabilização dominante» nesse processo.

Após uma reunião magna em Lisboa, de que tenho boa memória, iniciaram-se as conversações e no começo do ano letivo, em vez de termos alunos para os nossos cursos, começámos a ter trabalho com os formandos da região. Não seriam muitos, mas eram os suficientes para nos darem alguns problemas, de que tenho uma mais vaga recordação.

---

<sup>28</sup> Esta luta começou ainda no tempo do Prof. Luís Soares como presidente e foi prosseguida por mim.

<sup>29</sup> Refiro-me a Ester Neves Ramires dos Santos e a Manuel Luís Lapierre Ferreira de Almeida. Mas na parte de reprografia foi também muito importante o trabalho de Egídio? e da Maria Jorge.

Foi preciso esperar pelo início de 1986 para se começar a ver a luz ao fundo do túnel. Logo no primeiro dia do ano é divulgado um despacho ministerial, N.º 1/MEC/86, no qual se estabelece o referencial genérico das atividades das ESE. Foi um passo importante, mas em falso... Um despacho nunca poderia «legislar», que era o que ele fazia; por isso foi necessário o Governo publicar, meses mais tarde, um Decreto-lei (N.º 58/86, de 21 de março) que dizia precisamente o mesmo que o despacho. Enfim... vicissitudes de ministérios assoberbados com problemas.

De qualquer modo, estavam as ESE em condições de começar a trabalhar na formatação dos seus cursos de formação inicial. Quais eram, então, as condições?

1. Cursos separados para educadores de infância e professores do ensino primário;
2. Possibilidade de uma formação complementar para a docência de uma área curricular do ensino preparatório;
3. Cursos com a duração de 6 semestres seguidos de um ano de indução;
4. A formação complementar durará mais 2 semestres.

Uma portaria publicada mais tarde (N.º 352/86, de 8 de julho) vem complementar e explicitar o que o Decreto-lei determina, nomeadamente quais os cursos a criar. E introduz uma novidade: permite dar um nome a um curso, «professores do ensino básico», que seria o curso de quatro anos e que teria as seguintes variantes:

Português, História e Ciências Sociais;

Português e Francês;

Português e Inglês;

Matemática e Ciências da Natureza;

Educação Visual;

Educação Musical;

Educação Física;

Trabalhos Manuais.

Em outubro de 1985 constituiu-se na ESE um grupo de trabalho para a formação inicial, que produziu um documento base pronto em novembro. Lamentavelmente não encontrei esse documento no meu acervo, e a única nota que tenho dele é que «mau grado algumas dificuldades de leitura constitui(u) um bom passo». Depois de conhecido



o despacho de janeiro de 1986 o grupo de trabalho foi remodelado, mas a pressão para que existisse uma proposta concreta de currículo levou a que se queimassem etapas e se remetesse para o Conselho Científico, como aliás teria sempre de ser, a decisão final. Essa foi tomada em 14 de maio de 1986.

Três princípios enformavam a proposta: a formação inicial é apenas o primeiro momento da formação do professor, que requer continuidade; os professores devem ser formados de acordo com os métodos que se deseja que eles desenvolvam com os seus alunos (princípio do isomorfismo); e a formação deve preparar os professores para serem também agentes intervenientes no meio social.

Considerámos, na proposta, que havia condicionantes: ainda não estar aprovada a lei de bases de educação que estava em discussão no parlamento (e viria de facto a ser aprovada em outubro desse ano) e também o facto de ainda não termos docentes para as áreas de Educação Musical e Educação Visual.

Assim sendo, a nossa proposta, que teria de ser presente ao Ministério da Educação, contemplava a abertura de dois cursos, o de formação de educadores de infância, com 30 vagas, e o de formação de professores do ensino primário, com pré-especialização em Português – História/Estudos Sociais (10 vagas), Português/Francês (10 vagas), Português/Inglês (10 vagas) e Matemática/Ciências da Natureza (10 vagas).

Em outubro de 1986, portanto, iniciaram-se os primeiros cursos, numa escola praticamente concluída. Foi admirável sentir a vida das e dos jovens (eles em menor número) que acorreram a ESEF. Eu só dei aulas no 2.º ano do curso, e, atendendo às minhas tarefas de gestão, apenas numa disciplina (nessa altura não se dizia «unidade curricular»...), «Técnicas e Instrumentos de Observação», ou «TIO», como carinhosamente os alunos a crismaram. Parece impossível, mas ainda me lembro de algumas situações vividas nessas aulas, que decorreram num ambiente muito agradável, que culminou com uma despedida afetuosa no final do ano de 1988, a escassos dias da minha partida para os Estados Unidos da América.

O ano de 1987 foi, na minha perspetiva, um ano de reflexão para o futuro. Foi decidido continuar a investir na formação contínua dos professores da região. Era minha convicção, que aliás expressei numa comunicação que apresentei no colóquio «As ciências da educação e a formação de professores», promovido pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação em colaboração com o Bureau d'Action

Linguistique da Embaixada de França, que o futuro das ESE teria de passar pela formação contínua.

A par da atividade que começava a ser a «normal» da escola, existiram, por parte de alguns docentes, iniciativas que deram à ESE lugar no noticiário nacional. Assim, somente em 1987, realizaram-se dois encontros internacionais, ambos no mês de abril: o Seminário «Educação de Adultos, Minorias e Áreas Desfavorecidas», iniciativa de Alberto Melo, no qual estiveram representantes de doze países, e a 1.<sup>a</sup> Conferência Internacional de Sociologia da Educação, sob o tema «A Sociologia da Educação na Formação de Professores», organizada por João Viegas Fernandes, na qual também estiveram conferencistas de outros países para além de um bom número dos especialistas nacionais que, no momento, já eram nomes de destaque no campo da sociologia.

Em 1988, a escola estava a funcionar em pleno. Desenhava-se o alargamento das atividades, com a abertura de um polo em Vila Real de Santo António e falando-se da hipótese de Portimão. A gestão do dia a dia deixou de ser tão exigente como era nos tempos em que se acumulavam problemas que obrigavam a constantes deslocações a Lisboa – por vezes em dias seguidos!

Um dia, em conversa com o Professor Lloyd Braga, sondei a possibilidade de me ser concedido algum apoio para eu próprio conseguir o doutoramento, que ficara comprometido com a morte do Prof. Loureiro, em março de 1986. A porta foi aberta, talvez pelo reconhecimento do meu trabalho nesses seis anos. E assim organizei a minha vida para, em janeiro de 1989, rumar aos Estados Unidos da América, tendo-me inscrito no programa de doutoramento da Universidade de Iowa em «Instructional Design and Technology», que concluí em maio de 1992.

Regressei a Faro, assumindo o meu lugar de professor-coordenador, mas pouco tempo depois fui nomeado subgestor dos programas FOCO e FORGEST no Algarve. E em fins de julho de 1993 tomei a difícil decisão de regressar à Universidade do Minho, onde prossegui a minha carreira, que terminou com a jubilação em 2006.

Não quero, no entanto, deixar de dizer que um dos períodos mais gratificantes da minha vida pessoal e profissional foi o que vivi em Faro. Esta escola, ou melhor, a escola que foi a que ajudei a construir, foi uma espécie de filho. Que cresceu, e, naturalmente, se transformou no que é hoje. Um pai aceitará quase sempre as transformações dos filhos.

Por isso me orgulho da ESEC e dou os parabéns aos colegas do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas pelos seus 30 anos de atividade, agradecendo uma vez mais a ideia de me terem associado à sua celebração.

### Referências

- Bettencourt, A. M. (1983). *Contributo para a Análise do Projecto das E.S.E. – Algumas propostas*. Lisboa: Ministério da Educação/Direcção-Geral do Ensino Superior.
- Freitas, C. M. V. de (1987). Formação contínua – o grande desafio às escolas superiores de educação. In *Ciências da Educação e a Formação de Professores – Comunicações do Colóquio de 2, 3 e 4 de dezembro de 1986* (pp. 229-241). Lisboa: MEC-GEP.
- GCAESCD (1978). *Programa Preliminar das Escolas Superiores de Educação*. Lisboa: Autor.
- GEP-MEC (1978). *Organização do Sistema Educativo – Formação de Professores*. Lisboa: Autor.
- Gomes, J. F. (1977). *A Educação Infantil em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Instituto Politécnico de Faro (1985). *Relatório do Seminário «Os Politécnicos na Europa Ocidental» – Açoteias, fevereiro de 1985*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento/Ministério da Educação.
- Ministério da Educação Nacional (1973). *A Reforma do Sistema Educativo*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional/Secretária-geral.
- O.C.D.E. (1984). *Exame das Políticas Nacionais de Educação: Portugal*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento/Ministério da Educação.
- Teles, I. G. (1969). *Estatuto da Educação Nacional – Projecto*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, Ld.<sup>a</sup>.